

VI SEMINÁRIO MARIAS USP

MATERIAL DE APOIO

MINICURSO:

# POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA E MUNICIPALISMO FEMINISTA: CONTEXTO E PERSPECTIVAS

AUTORA: KELLY KOMATSU AGOPYAN



[WWW.MARIASUSP.COM.BR](http://WWW.MARIASUSP.COM.BR)



# SOBRE A AUTORA:

Pós doutorado pelo Centro de Síntese USP Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, com pesquisa sobre políticas de cuidado e direito das mulheres à cidade. Doutora pelo Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade, estudando políticas públicas sobre o direito à cidade na América Latina. Foi coordenadora do MaRIas por 7 anos (2017-2024) e hoje continua como conselheira do grupo. Especialista em temas urbanos, direitos humanos e gênero.



**KELLY AGOPYAN**



# BOAS-VINDAS

Olá, se você chegou até aqui é porque se inscreveu para o minicurso “Política Externa Feminista e Municipalismo Feminista: contexto e perspectivas”. É uma alegria saber que há cada vez mais internacionalistas têm tido interesse e/ou pesquisado a agenda da paradiplomacia e/ou a agenda feminista dentro das Relações Internacionais. Dois temas que se conectam profundamente, mas que ainda têm aparecido de forma incipiente no campo. Espero que esse minicurso seja um primeiro momento de trocas e reflexões coletivas e que possamos dar continuidade a esse encontro!

# POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA

É a partir da década de 80 que o campo de Relações Internacionais começa a incorporar novas perspectivas de análise e novos atores, como os estudos da paradiplomacia, que consideram as cidades e governos subnacionais como também protagonistas das RI, e os estudos feministas, que passam a abordar os temas internacionais a partir de uma lente de gênero.

Não é, contudo, consolidada a incorporação dessas novas contribuições ao campo, que até os dias de hoje reivindicam legitimidade, disputando espaço nas agendas de pesquisa. A título de exemplo: foi só em 2020 que a área temática de feminismos, gênero e sexualidade foi criada no âmbito da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).



# POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA

Mas é apenas na última década, que alguns países passaram a adotar uma política externa que se autointitulasse como “política externa feminista” (PEF), com enfoque na promoção da igualdade de gênero e nos direitos das mulheres. A primeira experiência foi na Suécia, em 2014, dando o pontapé inicial para a difusão da PEF em outros contextos, e outros países, inclusive da América Latina, sendo o caso do México o que atualmente tem ganhado destaque, sobretudo, por conta da eleição da primeira presidenta do país, Claudia Sheinbaum.

Ainda que não haja uma definição única sobre o que seria uma PEF já que cada país define as diretrizes da sua autodenominada política externa feminista, pesquisadoras do “International Center for Research on Women (ICRW)” definiram a PEF como:

*[...] a política de um estado que define suas interações com outros estados e movimentos de uma maneira que prioriza a igualdade de gênero e consagra os direitos humanos das mulheres e outros grupos tradicionalmente marginalizados, aloca recursos significativos para alcançar essa visão e busca, por meio de sua implementação, romper estruturas de poder patriarcais e dominadas por homens em todos os seus níveis de influência (assistência, comércio, defesa e diplomacia), informadas pelas vozes de ativistas, grupos e movimentos feministas (THOMPSON; CLEMENT, 2019, p. 7, tradução livre, nosso grifo).*





# POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA

O alcance que a PEF ganhou desde 2014 pode revelar que países vislumbram ganho de reconhecimento e reputação política internacional ao adotarem uma política externa autointitulada como feminista. Por outro lado, o conceito “feminista” ainda gera também certa reticência para alguns países, que evitam a associação com o termo. Além disso, a descontinuidade das PEFs com mudanças de governo e as contradições entre as desigualdades de gênero no âmbito doméstico e as prerrogativas da PEF podem ser consideradas como fragilidades dessa agenda.



Assim, a primeira parte do minicurso buscará abordar o histórico de mobilização dessa agenda, seus desdobramentos desde a experiência sueca e sua difusão para a América Latina, com enfoque no caso mexicano. A PEF será, finalmente, trazida para o contexto subnacional, sendo conectada aos debates feministas da paradiplomacia.



# MUNICIPALISMO FEMINISTA



No mesmo momento em que os estudos feministas começam a ganhar espaço no campo das RI, os estudos da paradiplomacia também passam a ter maior relevância. Os Estados Nacionais, durante muito tempo, foram considerados os únicos sujeitos de direito internacional público e os atores do cenário internacional.

No entanto, governos subnacionais já desenvolvem ações internacionais há séculos, desde a conformação das cidades-estados para fins de trocas comerciais. Portanto, essa ação internacional não é realizada de forma espontânea, mas é motivada por interesses políticos, econômicos, culturais.

De forma ampla, a paradiplomacia seria toda a ação diplomática “paralela”, que é realizada por diversos atores que não o Estado Nacional. Mas essa terminologia foi amplamente debatida e problematizada, já que para muitos autores não consegue traduzir e representar da melhor maneira esse fenômeno.



# MUNICIPALISMO FEMINISTA

O Municipalismo feminista, por sua vez, seria um movimento espontâneo, informal, mobilizado por mulheres prefeitas, que tem pautado agendas e projetos políticos que promovam a igualdade de gênero em suas cidades. Ainda que seja um movimento muito recente – sobretudo, com os mandatos de Ada Colau em Barcelona e Anne Hidalgo em Paris – e sem uma institucionalidade claramente definida é possível verificar que muitas prefeitas têm, inclusive, sido lideranças em arenas de negociação internacional de cidades, como a rede internacional de cidades CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos). Segundo a secretária-geral da rede, Emilia Saíz:

*Tanto os movimentos municipais como os feministas criticam as modalidades tradicionais de liderança e apelam a novas formas de fazer política; salientam a necessidade de tomar decisões em colaboração com as comunidades afetadas, colocando os mais vulneráveis no centro da tomada de decisões. Centram-se na confiança, no cuidado e na participação. (UCLG Women, 2024, tradução nossa).*

ANNE HIDALGO

ADA COLAU



# MUNICIPALISMO FEMINISTA

---

A partir desse maior protagonismo feminino e de pautas pela igualdade de gênero, pautas como o Cuidado e infraestruturas de cuidados nas cidades têm ganhado mais destaque, com exemplos de políticas públicas levadas a cabo por exemplo nas cidades de Bogotá – gestão da prefeita Claudia López –, Cidade do México – gestão da prefeita Clara Brugada – e Santiago do Chile – gestão da prefeita Irací Hassler.

Mas assim como a PEF, o fim de mandatos e mudanças de governo também tem reflexos diretos para o Municipalismo Feminista, que agora, assim como a PEF, também tem sido ameaçado pelos movimentos de extrema direita. Esse contexto de potencialidades e limitações dessa agenda municipalista será também abordado durante o minicurso.



# REFERÊNCIAS:

CGLU. Hacia el municipalismo feminista global. Claves del Colectivo de Gobiernos Locales y Regionales en el Foro Generación Igualdad. Documento elaborado por la asesora de CGLU UBUNTU en materia de género Ana Falú y equipo colaborador: Leticia Echavarrri y Flavia Tello. 2021. Disponível em:

[https://www.uclg.org/sites/default/files/hacia\\_un\\_municipalismo\\_feminista\\_global\\_1.pdf](https://www.uclg.org/sites/default/files/hacia_un_municipalismo_feminista_global_1.pdf).

CGLU. Women. What do feminism and municipalism have in common?. 2024 [online]. Disponível em: <https://women.uclg.org/what-do-feminism-and-municipalism-have-common>.

DELGADO PERALTA, Martha. La política exterior feminista de México y la agenda de la sostenibilidad 2030. Revista Mexicana de Política Exterior, n. 118: 131-138, 2020.

FALÚ, Ana; TELLO, Flavia; ECHAVARRRI, Leticia. Las mujeres en los gobiernos locales: espacios políticos y agendas en disputa. Revista Más Poder Local, n.48, 2022, p.90-112.

GÜEZMES GARCÍA, Ana; ROMERO CASTELÁN, Brianda. Diez años de política exterior feminista y política de cooperación internacional para el desarrollo feminista: una oportunidad para América Latina y el Caribe. Serie Asuntos de Género, n.164 (LC/TS.2023/202), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2024.

SMITH, Karen. Missing in Analysis: Women in Foreign Policy-Making. *Foreign Policy Analysis*, 16(1): 130–141, 2020.

THOMPSON, L., AHMED, S. and KHOKHAR, T. (2021). *Defining Feminist Foreign Policy: A 2021 Update*. Washington, DC: International Center for Research on Women.

# **IMPORTANTE!**

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, para fins comerciais, sujeitando-se o infrator às penalidades cíveis e criminais cabíveis.

Apostila produzida pelo Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais da  
Universidade de São Paulo (USP)

Responsável pela confecção da apostila: Thamires Cristina Vasques Durante

